

Conselheiro Nilzardo, no próximo dia 07, encerrará o ciclo de debates sobre "Delitos de Trânsito" em Fortaleza, e informa ainda que, em agosto, estará participando, na Coréia do Sul, do "XII Congresso de Criminologia" no qual proferirá palestra sobre o sistema penitenciário brasileiro e o direito dos encarcerados. O Presidente do CNPCP se dispõe a gestonar junto ao Ministério da Justiça a obtenção de recursos que viabilizem a participação do Conselho no referido evento. O Conselho Ariosvaldo comunica que ministrará aula sobre **Curso Material** no Curso de Especialização em Direito Penal, a cargo do Conselho da Justiça Federal, no próximo dia seis. O Presidente do CNPCP registra a comunicação e cumprimenta o Conselho. A Conselheira Julita informa que recebeu do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, para que trouxesse à apreciação do CNPCP, projeto intitulado **Cada Criança em seu Lugar**, referente à proposta de reestruturação do atendimento à criança, filha de mãe encarcerada, no Instituto Penal Talavera Bruce. A Conselheira é designada relatora da matéria. O Presidente Licínio Barbosa destaca a necessidade de contratar, para a elaboração do próximo censo penitenciário, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O Conselho Guariglia comunica que matéria publicada no Jornal "Zero Hora" de 30/04/98 divulgou *acordon* do Superior Tribunal de Justiça - STJ, da lavra do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, concedendo permissão a sentenciado, por crime hediondo, para frequentar as aulas do curso de Direito, após aprovação em curso vestibular na PUC/RS. O Conselho Serralvo relata que compareceu à posse do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, representando-o por designação de seu Presidente CNPCP. O Conselho Guerrero comunica que a OAB/MG constituiu Comissão composta por Professores de Direito Penal para elaborar propostas ao Anteprojeto do Código Penal, elaborado por Comissão de Alto Nível do Ministério da Justiça. O Presidente Licínio Barbosa solicita ao Conselho cópia da portaria, para posterior manifestação do Conselho. O Conselho Nilzardo reporta-se ao calendário de visitas aos estabelecimentos prisionais dos Estados. Esclarece que, na ocasião em que recebeu a correspondência, encontrava-se impossibilitado de viajar, o mesmo acontecendo com a Conselheira Maria Eugênia, também integrante da Comissão. O Presidente do CNPCP afirma que o calendário é apenas uma referência, as datas devendo ser marcadas de acordo com a disponibilidade de cada Comissão, com posterior comunicação às Secretarias de Justiça dos Estados e à Secretaria do CNPCP para os encaminhamentos cabíveis. O Conselho César comunica que, juntamente com o Conselho Heitor, conforme já definido estará, na próxima semana, visitando os Estados do Amapá, Roraima e Amazonas. A Conselheira Julita assinala que integra Comissão juntamente com o Conselho Guskow, que a contatou com a sugestão de dividir, entre ambos, os Estados que lhes couberam inspecionar, com o objetivo de agilizar o trabalho da Comissão. O Presidente do CNPCP faz ver que a inspeção realizada por dois Conselheiros terá maior autoridade. O Conselho Guerrero comunica que, em contato com o Doutor João Otávio Noronha, Assessor Jurídico do Banco do Brasil, obteve a informação de que, dentro de quinze dias, terá posição oficial do Banco quanto ao patrocínio dos prêmios do "III Concurso Nacional de Monografias" do CNPCP. O Presidente Licínio Barbosa comunica que, por designação do Ministro da Justiça Renan Calheiros, acolhendo iniciativa do então Ministro Iris Rezende, compareceu, em Viena/Austria, à 7ª Sessão da Comissão de Prevenção do Crime e Administração da Justiça Penal das Nações Unidas, no período de 21 a 30 de abril p.p., integrando a Delegação Brasileira juntamente com a Secretária de Justiça do Ministério da Justiça, Doutora Sandra Valle - Chefe da Delegação e o Conselheiro Damásio Evangelista de Jesus. O Dr. João Benedito de Azevedo Marques que integrava a delegação não pode comparecer. O Encontro integra fase preparatória para o Congresso das Nações Unidas que se realiza de 5 em 5 anos, promovido pelo Centro Internacional de Prevenção do Crime. A próxima reunião ocorrerá em setembro vindouro em Buenos Aires/Argentina. No Encontro em Viena, o Brasil apresentou dois projetos de resolução em conjunto com vários países, um relacionado ao controle do uso de armas de fogo e em outro de proteção às testemunhas. O Presidente do CNPCP relata que apenas 14 resoluções foram aprovadas. Destaca, ainda, que a participação do Brasil foi boa e que o conhecimento e entrosamento da Chefe da Delegação Brasileira, Doutora Sandra Valle, com membros dos países da América Latina, Canadá e Estados Unidos foram decisivos para os resultados alcançados. Aduz que o diminuto tamanho da Delegação Brasileira e o exíguo tempo de sua preparação, não impediram a significativa participação do Brasil. Dando continuidade à pauta, o Conselheiro Rolf justifica sua posição contrária à elaboração de Anteprojeto de Lei sobre Regras Mínimas para o Funcionamento dos Conselhos Penitenciários Estaduais, justificada pelo que já se estabeleceu, com relação à matéria, na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal. Com a constituição de Comissão de Reformulação da LEP, vê como precipitação apresentar Anteprojeto de Lei. Sugere que o CNPCP acate como recomendação ou encaminhe como sugestão à Comissão de Reformulação da LEP o relatório por ele já elaborado. O Presidente do CNPCP anuncia que com a mudança de Ministro pode haver alterações nas Comissões Ministeriais de reforma legislativa e em seus trabalhos. Informa que o Anteprojeto de Regras Mínimas, uma vez aprovado pelo CNPCP, será encaminhado ao Ministro da Justiça e à Comissão de Reformulação da LEP. O Conselheiro Rolf entrega ao Presidente o relatório que havia elaborado com as sugestões apresentadas, solicitando a designação de outro Conselheiro para transformá-lo em projeto de lei. O Presidente Licínio Barbosa ressalta que o Conselho já deliberou sobre a elaboração de projeto de lei e designa o Conselheiro Vetalu Vasconcelos relator da matéria. O Conselheiro Guariglia, como integrante da Comissão da qual o Conselheiro Rolf é o relator e o Conselheiro Ariosvaldo, o presidente, subscrevem as palavras do Conselheiro Rolf. O Conselheiro Serralvo relata que, designado, compareceu à inauguração do Núcleo Penal da Papuda, representando o CNPCP e que o novo prédio foi todo construído com mão-de-obra dos presos, tendo resultado num trabalho de qualidade. O Conselheiro D'Urso convida a todos para participarem da cerimônia de sua posse na Presidência do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado de São Paulo, no próximo dia 21, no auditório da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado. O Presidente do CNPCP interrompe os trabalhos para saudar o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira que, acompanhado da Secretária de Justiça, Doutora Sandra Valle, preside o ato de recondução do Conselheiro Guariglia como membro titular do CNPCP. O Ministro Paulo Affonso enfatiza o papel preponderante do CNPCP e se propõe dar-lhe todo o apoio logístico. Ressalta como necessidades emergentes a efetivação da transferência de presos estrangeiros para que possam cumprir pena em seus países de origem; a alteração da legislação penal e da execução penal e o aproveitamento de estagiários junto às Varas de Execução Penal em caráter permanente, não apenas na forma de mutirões, para agilização dos processos. O Presidente Licínio Barbosa destaca a completa disponibilidade do Conselho no equacionamento das questões relacionadas à política criminal e penitenciária. Após retirar-se o Ministro Secretário-Executivo, o Presidente do CNPCP registra a presença ilustre do Juiz George Lopes Leite, destacando a coragem e autenticidade no trabalho por ele realizado quando à frente da Vara de Execução Penal do Distrito Federal. O Doutor George apresenta ao Conselho projeto para realização do I Encontro Nacional de Execução Penal, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMAGIS/DF. O Encontro objetiva debater a questão penitenciária com os atores da execução penal, elaborar propostas de alterações legislativas, sensibilizar a opinião pública e a comunidade científica e os meios jornalísticos com vistas a utilizarem a mão-de-obra carcerária. Dirige-se ao CNPCP para solicitar apoio institucional na impressão de cartazes e folders, na concessão de passagens e na convocação à participação dos diretores de estabelecimentos penais do Brasil. Entrega ao Presidente do CNPCP cópia do projeto do Encontro. O Conselheiro César sugere a possibilidade de este Encontro vir a dar sequência ao "I Encontro Nacional de

Execução da Pena" ocorrido, ano passado, em Fortaleza. O Doutor George explicita que o Encontro, sob sua coordenação, procura reunir operadores da execução da pena. O Conselheiro César destaca que o Congresso de Fortaleza foi promovido por várias entidades, entre as quais o Ministério Público e a Escola Superior da Magistratura. O Doutor George ressalta que falta aos encontros realizados desdobramentos posteriores ao evento. Este, por sua parte, visa a traçar um novo modelo para a execução penal. O Conselheiro Vetalu sugere a participação do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Doutor Sérgio Santiago, na organização do Encontro. O Doutor George adita que contará com a participação do Doutor Santiago em *workshop* sobre arquitetura prisional. O Conselheiro Ariosvaldo observa que as Varas do Juri e da Execução Penal são as mais importantes. São o "cartão de visitas" do Judiciário, mas a VEP acaba sendo considerada órgão administrativo, menos importante. Relata sua satisfação em ver um Juiz sensibilizado e apaixonado pela causa penitenciária. Sugere-lhe a participação dos Conselhos Penitenciários Estaduais no Encontro. O Conselheiro D'Urso parabeniza o Doutor George e sugere a indicação do nome do Doutor Mário Ottoboni, Presidente da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, pela colaboração que vem prestando, com o modelo APAC, à execução penal. Indicação aceita pelo Juiz. O Presidente Licínio Barbosa coloca a Revista do CNPCP à disposição dos organizadores do evento para publicação dos trabalhos, em relação à proposta de parceria, solicita que sejam nominados os palestrantes para os quais estão sendo pleiteadas passagens junto ao Ministro da Justiça, e sugere que o Ministro Renan Calheiros faça a abertura do conclave. O Doutor George agradece a calorosa acolhida, coloca-se à disposição para demais contatos e comunica que hoje é titular da 2ª Vara de Delito de Trânsito. A reunião do CNPCP prossegue com a análise dos pareceres dos seguintes processos distribuídos: 1) Processo MJ/SAL n.º 08027.000330/97-51 - Assunto: PL n.º 285/97, do Senador José Ignacio Ferreira. Altera a Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Parecer do Conselheiro Ariosvaldo: pela rejeição do PL, aprovado à unanimidade; 2) Processo MJ n.º 08000.000909/97-57 - Assunto: Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul solicita informações sobre as diretrizes básicas da Política Penitenciária Nacional. Parecer do Conselheiro Ariosvaldo: pelo envio do material disponível com a ressalva de que maiores esclarecimentos serão prestados por ocasião da visita da Comissão de Inspeção do Conselho ao Estado; aprovado à unanimidade; 3) Processo MJ n.º 08000.005139/98-39 - Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado de Roraima no ano de 1997. Parecer do Conselheiro César: converter em diligência para que o órgão de origem adeque o relatório ao modelo-padrão aprovado por este Conselho, aprovado à unanimidade; 4) Processo MJ/SAL n.º 148/96 - Assunto PL n.º 314/95, da Senadora Benedita da Silva. Acrescenta dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei n.º 10/84. Parecer do Conselheiro D'Urso: pelo encaminhamento à nova Comissão de Reformulação da LEP; aprovado à unanimidade; 5) Processo MJ/SAL n.º 000039/88-72 - Assunto PL n.º 3.052/97 do Deputado José Coimbra. Altera o art. 37 do Decreto Lei n.º 3.688, de 03 de outubro de 1941. Parecer do Conselheiro Guskow: pela aprovação do PL; rejeitado por maioria. Designado o Conselheiro Serralvo relator do voto vencedor. Encerrada a pauta da reunião, o Presidente Licínio Barbosa agradece a presença de todos, marca a próxima reunião ordinária para os dias 01 e 02 de junho, e dá por encerrados os trabalhos. Para constar, lavra a presente ata Ana Luiza Trois de Miranda.

LICÍNIO BARBOSA
Presidente do Conselho

(Of. nº 421/98)

SECRETARIA DE JUSTIÇA Departamento de Classificação Indicativa

DESPACHO DO DIRETOR
Em 17 de agosto de 1998

O Diretor do Departamento de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso VI e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 8089, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria nº 773, de 19 de outubro de 1990, publicada no DOU de 29 de outubro de 1990, página 20551, resolve classificar o recurso:

Novela: PECADO CAPITAL
Requerente: Rede Globo Ltda.
Processo MJ Nº 08017-000004/98-99

Defiro o pedido de recurso, para a novela "PECADO CAPITAL" classificado como: programa não recomendado para menores de 12 anos: inadequado para antes das 20 horas, publicado no DOU de 10/08/98, Seção 1, página 5, portaria nº 691, passando para programa LIVRE, tendo em vista, que a Rede Globo Ltda comprometeu-se a adequar os capítulos da referida novela dentro dos padrões do horário: LIVRE.

(Of. nº 80/98)

REYNALDO JARDIM

Departamento de Estrangeiros Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO os presentes pedidos de permanência definitiva, nos termos do Art. 75, II, a, da Lei nº 6.815/80.

PROCESSO Nº 8460-006673/96-38 - ALBA MARIA GOMEZ MESQUITA
PROCESSO Nº 8280-009776/97-36 - FREDY ALEX VILLARORDUNA ARTOLA
PROCESSO Nº 8460-026611/97-14 - PALMIRA BERNARDETE FERREIRA HENRIQUES DE SOUZA
PROCESSO Nº 8460-031354/97-32 - JUAN CARLOS QUIROGA LARREA
PROCESSO Nº 8460-038152/97-76 - FRANCESCO CARLI
PROCESSO Nº 8494-001092/97-49 - DANIEL DARIO LARROSA CABRERA
PROCESSO Nº 8505-022052/97-19 - SANDRA MARLENI CAHUANA QUISPE DE MIRANDA
PROCESSO Nº 8505-022441/97-81 - RICHARD MICHAEL KNIGHT
PROCESSO Nº 8505-078806/97-12 - FREDY ISAAC ANDRES NUNEZ
PROCESSO Nº 8505-079326/97-32 - RUTH MARLENI HUAMAN ABAD BARBOSA
PROCESSO Nº 8508-004308/97-11 - WILSON HENAO CONTRERAS
PROCESSO Nº 8280-002317/98-61 - MOISES MARCA VASQUEZ

DEFIRO os presentes pedidos de permanência definitiva, nos termos do Art. 75, II, b, da Lei nº 6.815/80.

PROCESSO Nº 8475-002425/95-13 - ISABEL FELICIO RODRIGUES GIRALDO
PROCESSO Nº 8505-028000/95-76 - EUGENIA ESTER SCHULZ ESPARZA
PROCESSO Nº 8505-003213/96-58 - YOSHIKO ISECHI
PROCESSO Nº 8460-003214/97-65 - JOSE ANGEL PROS EDO
PROCESSO Nº 8460-009503/97-03 - ELLIS ABHULIME
PROCESSO Nº 8460-026405/97-22 - RUI MANUEL FIGUEIREDO VALOURA MARIA
PROCESSO Nº 8460-026646/97-07 - TIAGO DE ALMEIDA GOMES DE AMORIM
PROCESSO Nº 8505-015854/97-91 - MOHAMAD NASSER MOHAMAD YOUNESS EL JAMAL, HAJAR